

OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO ÂMBITO DAS APAES: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Denise Zoz¹
Aline Bogoni Costa²

RESUMO

Este artigo buscou compreender a forma pela qual os profissionais da área da psicologia realizam o processo de avaliação psicológica de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Para esta pesquisa foram selecionadas quatro Apaes (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) que fazem parte da ADR (Agência de Desenvolvimento Regional) de São Miguel do Oeste – SC. Além disso, buscou-se verificar os critérios priorizados no momento da delimitação do quadro diagnóstico. Verificou-se também as dificuldades encontradas pelos profissionais da psicologia frente ao processo de avaliação psicológica e, a necessidade de um plano de avaliação psicológica unificado entre as Apaes. A amostra se constituiu de quatro participantes e o estudo consistiu em uma pesquisa cuja abordagem foi descritiva. Tratou-se de uma pesquisa que se classifica com relação ao enfoque qualitativo. Com relação aos procedimentos, consistiu em uma pesquisa de campo. Foi possível constatar que o processo de avaliação psicológica ocorre conforme as normas do Conselho Federal de Psicologia. Contudo, os profissionais necessitam de capacitações e informações para aprimorar seus trabalhos. Portanto, concluiu-se que os profissionais carecem de capacitações voltadas para o processo de avaliação psicológica do TEA e que o processo de avaliação psicológica unificado entre as Apaes tornaria o trabalho mais efetivo.

Palavras-chave: Avaliação psicológica. Autismo. Psicodiagnóstico. Apaes.

ABSTRACT

This article sought to understand how psychology professionals perform the process of psychological evaluation of people with Autism Spectrum Disorder (ASD). For this research

¹ Pós-graduanda em Avaliação Psicológica - Universidade do Oeste de Santa Catarina - Unoesc - Campus de Pinhalzinho – SC. Bolsista do Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina – UNIEDU. E-mail: zozdenise@gmail.com - Fone: (49) 991260361- Tunápolis - Santa Catarina - Brasil.

² Orientadora: Doutora em Psicologia pela UFSC, Professora de Psicologia Unoesc. E-mail: aline.costa@unoesc.edu.br - Fone: (49) 991812554 - São Miguel do Oeste - Santa Catarina – Brasil.

were selected four Apaes (Association of Parents and Friends of the Exceptional) who are part of the ADR (Agency of Development Regional) of São Miguel do Oeste – SC. In addition, we sought to verify the prioritized criteria at the moment of delimitation of the diagnostic. It was also verified the difficulties encountered by psychology professionals regarding the psychological evaluation process and that they need a unified psychological evaluation plan between Apaes. The sample consists of four participants. The study consists of a research whose approach is descriptive. It is a research that is classified in relation to the qualitative approach. About the procedures, it was a field survey, that consists on individual interviews with psychology professionals. It was possible to verify that the process of psychological evaluation occurs according to the norms of the Federal Counsel of Psychology, however the professionals need the trainings and information to improve their work. Therefore, we concluded that the psychology professionals lack trainings that aimed the psychological evaluation process of ASD and that the process of unified psychological evaluation between Apaes would make the work more effective.

Keywords: Psychological evaluation, autism, psychodiagnosis, APAE.

1 INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA), apresentando-se nos primeiros anos de vida, caracteriza-se principalmente por comprometimentos na comunicação, dificuldades na interação social e padrões restritos e estereotipados de comportamento e interesse (CUNHA, 2011; BAPTISTA; BOSA, 2002; SCHWARTZMAN, 1994). O autismo vem sendo estudado há várias décadas e estudos mais recentes mostram que 1 (uma) a cada 88 (oitenta e oito) crianças apresentam autismo, com prevalência quatro vezes maior em meninos do que em meninas (CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION, 2012).

O diagnóstico para o transtorno do espectro autista é clínico, ou seja, pode ser realizado por meio de observação comportamental dos critérios dos sistemas de classificação (contidos, por exemplo, no DSM - Manual diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais). Não existem testes laboratoriais específicos para a detecção do autismo (MELLO, 2007). Escalas, critérios e questionários podem ser utilizados para auxiliar no diagnóstico, desde que sejam instrumentos validados e que traçam as características do transtorno (MARQUES; BOSA, 2015; MELLO, 2007).

O diagnóstico precoce está previsto em leis, como na Lei nº 13.438, de 26 de abril de 2017, que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente,

[...] tornando obrigatória a aplicação a todas as crianças, nos seus primeiros dezoito meses de vida, de protocolo ou outro instrumento construído com a finalidade de facilitar a detecção, em consulta pediátrica de acompanhamento da criança, de risco para o seu desenvolvimento psíquico (BRASIL, 2017).

Assim também como na Lei nº 16.036, de 21/06/13, que nos termos do artigo 3º, inciso III, instituiu a Política Estadual de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA. Sendo assim, passou a ser direito da pessoa obter o diagnóstico precoce, ainda que não definitivo.

Conforme afirmou Mello (2007, p. 23), “[...] o diagnóstico precoce é importante para poder iniciar a intervenção educacional especializada o mais rapidamente possível.” Ainda segundo a autora, nas Associações de Amigos do Autista (AMA), o diagnóstico deve ser realizado por um profissional da medicina, com experiência no diagnóstico do transtorno.

Na região da ADR de São Miguel do Oeste, extremo oeste de Santa Catarina, ainda não foram implantadas instituições como a AMA, especializadas em elaborar avaliações e intervenções somente para os distintos níveis de comprometimento do TEA. Nessa região, a prática de avaliação diagnóstica foi delegada às Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes), sendo realizada por equipe multiprofissional. Faz parte dessa equipe o profissional da psicologia, ao qual foi incumbida a responsabilidade pela realização de uma avaliação psicodiagnóstica precisa.

Faz-se prudente destacar que as diretrizes contidas no Manual de Normas Técnicas para Serviços de Reabilitação em Deficiência Intelectual e/ou Distúrbio do Espectro Autista -Manual SUS, que regem o trabalho dos profissionais da psicologia nas Apaes, não especificam se o processo de avaliação psicológica, entre essas instituições, deve ser padronizado. Também não tangencia a validade do uso de testes para identificar o TEA. Por conseguinte, esta pesquisa buscou responder o seguinte problema: como vem sendo realizado o processo de avaliação psicodiagnóstica do TEA no contexto de algumas das Apaes inseridas na região da ADR de São Miguel do Oeste?

Conforme Seize e Borsa (2017, p. 1), “[...] considerando a relevância da identificação e do diagnóstico precoce do autismo para a melhoria da qualidade de vida do sujeito, acredita-se que é essencial que estudos sobre instrumentos para rastreamento precoce sejam

conduzidos no país.”. Ou seja, estamos carentes de pesquisas relacionadas ao tema, o que torna esta pesquisa relevante em termos teóricos e científicos, possibilitando uma análise do trabalho do psicólogo no processo de avaliação psicodiagnóstica do transtorno do espectro autista.

Pensando na qualidade de vida da pessoa com TEA e no processo de avaliação psicológica, a pesquisa teve como principal objetivo analisar as estratégias e instrumentos utilizados pelos profissionais da psicologia atuantes nas Apaes da ADR de São Miguel do Oeste, durante o processo de avaliação psicológica de indivíduos com TEA. Além disso, buscou-se verificar quais os testes utilizados por estes psicólogos (as) e para qual finalidade, para assim: compreender a percepção dos psicólogos que atuam nas Apaes supracitadas acerca das implicações do uso de testes psicológicos para fins de diagnosticar o TEA; averiguar se existe um plano terapêutico consoante ao processo de avaliação psicológica e de que forma ele se estrutura; apontar as dificuldades e desafios que os profissionais da psicologia, inseridos nas Apaes da ADR de São Miguel do Oeste, encontram ao realizar o processo de avaliação psicológica da pessoa com TEA; verificar a importância da implantação de um programa de avaliação unificado entre as Apaes.

Este artigo se estrutura da seguinte forma: além desta introdução, a seção 2 apresenta a fundamentação teórica; seção 3 apresenta a metodologia aplicada; seção 4 apresenta a análise dos dados e seção 5 evidencia as considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

O processo de avaliação psicológica é técnico e científico. Ele requer um planejamento prévio e cuidadoso de acordo com a demanda e com os fins a que se destina. Realizado individualmente ou em grupo de pessoas, com finalidade de conter informações de caráter explicativo sobre os fenômenos psicológicos nos diferentes campos de atuação do psicólogo, como saúde, educação, trabalho, entre outros setores, conforme a necessidade (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2007). A Resolução CFP nº 007, de 2003 prevê que os psicólogos, ao realizarem a coleta de dados, estudos e interpretação de informações a respeito dos fenômenos psicológicos, devem se basear exclusivamente nos instrumentos técnicos, sendo eles: entrevistas, testes, observações, dinâmicas de grupo, escuta, intervenções verbais.

Fica a critério do profissional da psicologia decidir quais os métodos e técnicas serão utilizados no processo de avaliação psicológica, desde que estes estejam devidamente fundamentados na literatura científica psicológica e nas normativas em vigor do Conselho Federal de Psicologia (CFP). Os instrumentos e técnicas utilizados pelos profissionais da psicologia, como fontes de informação, estão divididos em fontes fundamentais e complementares. As fontes fundamentais englobam o uso de testes, entrevistas, anamnese e registros de observação do comportamento. Já nas fontes complementares, estão as técnicas e instrumentos não psicológicos que possuem respaldo da literatura científica e análise de documentos técnicos como protocolos ou relatórios (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2018).

A Resolução CFP nº 007, de 2003, que institui o Manual de Elaboração de Documentos Escritos produzidos pelo psicólogo, decorrentes de avaliação psicológica, ainda prevê que:

Os resultados das avaliações devem considerar e analisar os condicionantes históricos e sociais e seus efeitos no psiquismo, com a finalidade de servirem como instrumentos para atuar não somente sobre o indivíduo, mas na modificação desses condicionantes que operam desde a formulação da demanda até a conclusão do processo de avaliação psicológica.

2.2 TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

O transtorno do espectro autista, considerado atualmente como um transtorno do neurodesenvolvimento (SEIZE; BORSA, 2017), caracteriza-se pelos sintomas de comprometimento em três áreas específicas do desenvolvimento. São elas: *deficits* de habilidades sociais; *deficits* de habilidades comunicativas; presença de comportamentos, interesses ou atividades restritos, repetitivos e estereotipados (SILVA; MULICK, 2009; MELLO, 2007; CUNHA, 2011; BAPTISTA; BOSA, 2002; SCHWARTZMAN, 1994, grifo nosso). Para compreender melhor o TEA, em uma ação de empatia, Mello (2007, p. 42) nos citou o exemplo “[...] de imaginar-se na China, ou em um país de cultura e língua desconhecidas, com as mãos imobilizadas, sem compreender os outros e sem possibilidades de se fazer entender.”

Historicamente, o TEA foi descrito pela primeira vez em estudos de dois médicos austríacos, Leo Kanner e Hans Asperger. Em 1943, Kanner escreveu um artigo intitulado

“Distúrbios Autísticos do Contato Afetivo”. Em 1944, Asperger também redigiu um artigo com o título “Psicopatologia Autística da Infância”. Dessa forma, atribuiu-se tanto à Kanner quanto à Asperger a identificação do autismo (MELLO, 2007).

Segundo Levenson (2015 apud PINTO et al., 2016, p. 2), “[...] no Brasil, apesar da escassez de estudos epidemiológicos que possam melhor estimar os dados nacionais, constatou-se em recente pesquisa que os índices de acometimento pelo autismo são de 27,2 casos para cada 10.000 habitantes.”

Para a avaliação do TEA, podem ser usados instrumentos como questionários e escalas, que têm como finalidade identificar os sinais precoces de risco do autismo. O diagnóstico é realizado de maneira clínica, por meio de entrevista com os pais ou cuidadores, levantamento de informações acerca da história do indivíduo e instrumentos que podem ser usados como complemento para o diagnóstico. Ressaltando que sempre se deve levar em conta os critérios diagnósticos do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM ou da Classificação Internacional de Doenças – CID (SEIZE; BORSA, 2017).

2.3 AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Ao produzir um documento (laudo, relatório) de avaliação psicológica, os profissionais da psicologia devem se basear exclusivamente em métodos e técnicas psicológicas. São estas: entrevistas, testes, observações, dinâmicas de grupo, escuta, intervenções verbais (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2003). Esses métodos dizem respeito ao processo de diagnóstico clínico de TEA, o que configura ao profissional da psicologia um papel fundamental no processo de diagnóstico da pessoa com TEA, conforme alegaram Silva e Mulick (2009, p. 126),

[...] uma boa avaliação psicológica talvez seja um dos elementos mais úteis durante o processo diagnóstico, uma vez que fornecerá informações detalhadas acerca do funcionamento cognitivo e adaptativo da criança, o que é essencial para a formulação de um plano de intervenção individualizado.

O rastreamento dos sinais precoces do autismo é crucial para um diagnóstico também precoce, viabilizando uma intervenção efetiva que possibilite a melhora no desenvolvimento e na qualidade de vida do indivíduo com autismo (SEIZE; BORSA, 2017).

Assim sendo, a avaliação psicológica pode ser um dos mais importantes elementos do processo de diagnóstico, uma vez que o transtorno do espectro autista apresenta perfis diferentes em termos de habilidades cognitivas, adaptativas, sociais e comunicativas. Da mesma forma acontece com a manifestação de variados padrões de estereotípias e problemas de comportamento, onde, por meio da avaliação psicológica, o profissional da psicologia é capaz de mensurar o funcionamento da criança, além de descrever as habilidades e *deficits* específicos que ela apresenta (SILVA; MULICK, 2009, grifo nosso).

3 METODOLOGIA

Pesquisa de natureza exploratória e caráter qualitativo. Segundo Gil (1999), estudos desse gênero, além de levantamento bibliográfico, abrangem a interação do pesquisador com pessoas que tiveram ou têm envolvimento prático com o problema a ser pesquisado.

Os dados empíricos foram coletados por intermédio de entrevistas individuais (de roteiro semiestruturado), que possibilitaram analisar as estratégias e instrumentos utilizados pelos profissionais da psicologia atuantes em Apaes da ADR de São Miguel do Oeste durante o processo de avaliação psicológica de indivíduos com transtorno do espectro autista.

O contexto da pesquisa constituiu-se de quatro Apaes localizadas em municípios que integram a região da ADR de São Miguel do Oeste. São elas: Apae de Iporã do Oeste, Apae Itapiranga, Apae São João do Oeste e Apae Tunápolis/Santa Helena. Inicialmente, a pesquisa se deu com profissionais situados em cada uma das instituições Apaes anteriormente citadas, tendo em vista que uma das instituições não pôde participar da pesquisa, em razão do profissional não ter realizado avaliações de sujeitos com suspeita de transtorno do espectro autista. Optou-se então pela participação de outra instituição Apae situada na ADR de São Miguel do Oeste: Apae São Miguel do Oeste.

Dessa forma, participaram desta pesquisa quatro psicólogos (as) atuantes em Apaes que integram a região da ADR de São Miguel do Oeste, localizada no extremo oeste de Santa Catarina, que realizam avaliação psicológica de sujeitos com suspeita de transtorno do espectro autista. Ao total, foram entrevistados quatro profissionais, os quais foram convidados a participar da pesquisa por contato telefônico.

Os dados foram coletados por meio de aplicação de questionário semiestruturado (disponível no apêndice deste artigo). Este buscou responder alguns itens acerca da avaliação

psicológica do sujeito com suspeita de Transtorno do Espectro Autista. As informações foram gravadas em áudio e, posteriormente, transcritas.

A apreciação dos dados deu-se através do método Análise de Conteúdo de Bardin (2000), que enfatiza as entrelinhas dos discursos e das comunicações para obter indicadores consistentes. Pelo processo sistemático e objetivo de descrição do conteúdo das mensagens que, conforme pontuou o autor anteriormente destacado, comporta três níveis (pré-análise; exploração do material e tratamento dos resultados; inferência e interpretação). Os dados foram organizados em categorias de discussão, definidos em: o processo avaliativo e diagnóstico; após o processo de avaliação psicológica; implicações do uso de testes/escalas, dificuldades e desafios para o profissional da psicologia; programa de avaliação unificado entre as Apaes.

Os dados obtidos a partir da realização da pesquisa de campo foram inter cruzados ao conteúdo oriundo da pesquisa bibliográfica e, por fim, efetuados apontamentos e considerações.

A presente pesquisa foi submetida e aprovada junto ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, da Universidade do Oeste de Santa Catarina - Unoesc, número do parecer 2.619.278, número CAAE: 87174718.8.0000.5367. Para assegurar a fidedignidade das informações e salvaguardar a identidade dos indivíduos que se dispuseram a colaborar para o desenvolvimento deste estudo, as entrevistas foram gravadas mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) que foi assinado em duas vias, sendo uma cópia para o pesquisador e a outra para o entrevistado. Os participantes foram identificados como E1 (Entrevistado 1), E2 (Entrevistado 2), E3 (Entrevistado 3) e E4 (Entrevistado 4).

A pesquisa avaliou os riscos aos envolvidos, aos procedimentos e à divulgação dos resultados, protegendo as pessoas envolvidas, garantindo a participação voluntária dos envolvidos, o anonimato das pessoas e o acesso das pessoas aos resultados da pesquisa, sempre que assim o desejarem (CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO PSICÓLOGO, ART.16, 2005).

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

4.1 CATEGORIA 1: O PROCESSO AVALIATIVO E DIAGNÓSTICO

A Cartilha de Avaliação Psicológica do Conselho Federal de Psicologia (2007) prevê alguns passos mínimos para a realização da avaliação psicológica, sendo estes: levantamento dos objetivos da avaliação e particularidades do indivíduo a ser avaliado. Esse passo inicial permite ao profissional escolher os instrumentos e técnicas mais adequadas para a realização da avaliação psicológica. Posteriormente, temos a coleta de informações por meio dos instrumentos e técnicas escolhidas, podendo ser entrevistas, testes, observações etc.; no passo seguinte, temos a integração das informações e desenvolvimento das hipóteses iniciais, em que, de acordo com a necessidade, pode-se utilizar outros instrumentos e estratégias para refinar a coleta de dados e hipóteses. No último passo previsto pela cartilha, deve-se indicar as respostas de acordo com a demanda da avaliação psicológica, com comunicação cuidadosa dos resultados e respeitando os preceitos éticos.

O processo de avaliação psicológica, que ocorre dentro das Apaes situadas na regional da ADR de São Miguel do Oeste, segue os passos previstos pela cartilha. Primeiramente são levantados os objetivos da avaliação. Estes, em sua maioria, para verificação/confirmação de suspeitas de deficiência intelectual, autismo e atraso no desenvolvimento neuropsicomotor. Também, nesse primeiro momento, são verificadas as particularidades do indivíduo a ser avaliado. Esses indivíduos são geralmente encaminhados pelas escolas de ensino regular para o processo de avaliação. Conforme E2, *“Geralmente as escolas entram em contato conosco. É passado pela diretora ou coordenadora pedagógica da Apae e então é marcado uma avaliação com nós técnicos [...]”*. Algumas instituições solicitam às escolas de ensino regular relatórios do indivíduo a ser avaliado, para compreender o porquê dessa suspeita pela escola. Ainda segundo E2, *“Quando vem uma criança encaminhada da escola, a gente solicita para que encaminhem toda documentação junto, descrevendo como é o comportamento dela na escola [...]”*. E1 também destacou que avaliam os relatórios vindos da escola: *“A gente avalia o relatório que vem da escola, principalmente os relatórios da escola contendo as observações importantes, no sentido de por que houve essa indicativa, essa suspeita de autismo.”*, permitindo assim a verificação das particularidades do indivíduo, compreendendo a demanda e, dessa forma, escolher os instrumentos ideais para o próximo passo da avaliação psicológica.

O processo de coleta de dados do sujeito com suspeita de TEA ocorre de maneira clínica. Conforme Seize e Borsa (2017), os dados podem ser coletados através de

levantamento de informações sobre o histórico do sujeito, entrevista com os pais ou responsáveis, observação do comportamento e uso de instrumentos de avaliação.

Para o levantamento de dados históricos, são utilizadas nas instituições as entrevistas de anamnese com os pais ou responsáveis. Como relatou E3, “[...] é realizada entrevista com a família... colete informações do nascimento, parto, desenvolvimento. Tiro todas as informações... o peso, o apgar, tiro todos os dados. Faz uma anamnese completa.” E4 também discorreu sobre o primeiro passo a ser feito para a avaliação do sujeito, informando que “Primeiro eu faço toda essa anamnese para conhecer o histórico e todo contexto familiar. E também a predisposição genética, se tem alguma pessoa com deficiência na família.” E4 ainda destacou a importância da contribuição dos pais para a coleta de dados acerca do sujeito avaliado: “Também outro fator bem importante de 0 a 6 anos é a informação dos pais. Digamos assim: o que o filho consegue fazer, quais são os reflexos que ele tem... tudo isso é bem importante.”

As observações do comportamento também são realizadas pelos profissionais entrevistados. Como explica E1:

O objetivo é observar se essa criança tem a interação social e simbolismo, né. Se ela faz o contato olho no olho. Se ela busca o terapeuta para auxílio em alguma questão. A questão da fala a gente observa também, pra ver se existe essa fala, se existe a imitação, se existe a troca principalmente.

Essas observações geralmente acontecem na instituição (Apae), com atividades lúdicas. De acordo com E4, “Eu faço uma avaliação com atividades lúdicas, com brinquedos e jogos [...]”, alcançando assim os objetivos da observação. Quando o sujeito frequenta o ensino regular, as observações ocorrem também nesse ambiente para que seja verificado seu comportamento e, principalmente, interação social. Como explicou E1, “[...] no caso se eu tenho muita dúvida nessa questão da interação social, daí eu vou na escola observar a criança no meio social [...] a observação, ela faz parte do processo de avaliação e com o autismo a gente considera bem importante.” Os profissionais entrevistados destacaram ainda que é necessária uma busca constante de conhecimento acerca das características do autismo, para auxiliar não somente na observação, mas no processo psicodiagnóstico como um todo. Como esclareceu E3, “A gente estuda as características do autismo, sabe? E vai por esses

caminhos assim... vai pegando o que a família diz, a reação da criança, observamos a criança.”

No que tange à utilização de instrumentos para coleta de dados, como testes e escalas, algumas instituições não fazem uso destes. Para tanto, utilizam-se de entrevistas de anamnese, intervenções com o sujeito avaliado e observações do comportamento, sendo essas observações realizadas tanto na instituição como nas escolas de ensino regular. A não aplicação de instrumentos para coleta de dados pode ser compreendida através do estudo de Seize e Borsa (2017). Este indicou uma escassez de instrumentos para coleta de dados do TEA no Brasil, relacionados principalmente ao rastreamento precoce dos sinais do TEA. No entanto, outras instituições têm conhecimento de escalas para variadas faixas etárias, que auxiliam na coleta de dados. Segundo E4, *“Sim, eu utilizo escala, uma escala que o neurologista me passou para avaliar o autismo.”* Conforme E1, *“Então, as escalas que eu uso depende da idade. Têm algumas que são até 2 aninhos e têm umas como a CARS que a gente usa mais pra crianças maiores e adultos também. E têm outras escalas que também dá pra usar como rastreio mesmo [...]”*. Os profissionais entrevistados relataram a inexistência, até o momento, de testes específicos para área do autismo e que estejam disponíveis para as Apaes. Para isso, utilizam-se das escalas de uso livre a todos os profissionais, que não são de uso restrito ao profissional da psicologia, mas que rastreiam algumas características do autismo.

Dessa forma, algumas escalas podem ser utilizadas como fontes complementares de informação durante o processo de avaliação psicológica, enquanto outras escalas jamais poderão ser usadas para esse processo, servindo apenas para rastreio, pois não possuem o devido reconhecimento científico que as torna válidas. Para que as escalas possam ser utilizadas como fontes fundamentais de informação, é preciso que tenham reconhecimento do Conselho Federal de Psicologia (CFP), sendo estas as escalas que os profissionais da psicologia, atuantes na região pesquisada, relataram ser inexistentes ou indisponíveis. As fontes fundamentais e complementares de informação do processo de avaliação psicológica estão esclarecidas no artigo segundo, incisos I e II da Resolução CFP nº 009, de 2018:

I – Fontes fundamentais: a) Testes psicológicos aprovados pelo CFP para uso profissional da psicóloga e do psicólogo e/ou; b) Entrevistas psicológicas, anamnese e/ou; c) Protocolos ou registros de observação de comportamentos obtidos individualmente ou por meio de processo grupal e/ou técnicas de grupo.

II - Fontes complementares: a) Técnicas e instrumentos não psicológicos que possuam respaldo da literatura científica da área e que respeitem o Código de Ética e as garantias da legislação da profissão; b) Documentos técnicos, tais como protocolos ou relatórios de equipes multiprofissionais.

As escalas, quando devidamente reconhecidas pelo Conselho Federal de Psicologia, tornam-se fontes fundamentais de informação, pois também são compreendidas como testes psicológicos, como consta no artigo primeiro, parágrafo um da Resolução CFP nº 009, de 2018: “Os testes psicológicos abarcam também os seguintes instrumentos: escalas, inventários, questionários e métodos projetivos/expressivos [...]”. Denotou-se que muitos profissionais acabam realizando a avaliação psicológica, utilizando-se apenas de fontes fundamentais de informação, como entrevistas e protocolos/registros de observação de comportamentos, hesitando, portanto, na utilização de escalas como fontes complementares de informação por consequência da falta de conhecimento acerca destas ou pelo fato das mesmas não estarem devidamente validadas.

Em algumas instituições, tem-se a necessidade de encaminhamentos para avaliação neurológica anterior ao processo psicodiagnóstico do profissional da psicologia e dos demais profissionais que compõem a equipe multiprofissional. Conforme explicou E3, a instituição prefere que o sujeito já venha com o diagnóstico do neurologista de autismo. Caso não tenha, o sujeito é encaminhado pela instituição para passar por esse processo primeiramente: “[...] a gente sugere pra família que seja feita uma avaliação com neurologista e que venha pra nós já com o diagnóstico.” Em outras instituições, ou o neurologista faz parte da equipe multiprofissional, ou a instituição tem convênio com o neurologista. Nessas situações, o sujeito é encaminhado a esse profissional após o processo de avaliação do psicólogo. Conforme relatou E2: “É, daí é encaminhado pro neurologista que então avalia também e dá o diagnóstico... ou hipótese também [...]”. Já E4 narrou que “[...]essas são as formas que eu utilizo para avaliar... nunca só um teste, nunca só uma forma, sempre mais instrumentos e na dúvida também, o que a gente faz é encaminhar para neurologista, para psiquiatra... para auxiliar também.”

Conforme prevê a Cartilha de Avaliação Psicológica do Conselho Federal de Psicologia (2007), no último passo, deve-se indicar as respostas de acordo com a demanda da avaliação psicológica, com comunicação cuidadosa dos resultados, respeitando os preceitos éticos. Nessa etapa, as instituições elaboram documentos informando o resultado da

avaliação, seguindo sempre as normas da Resolução CFP n° 007, de 2003, que discorre sobre a elaboração de documentos produzidos por psicólogos decorrentes de avaliação psicológica.

Caso seja confirmado diagnóstico de transtorno do espectro autista, esses documentos são encaminhados para a Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE) para inclusão do sujeito na instituição. Como explicou E2: “[...] *daí quando fica pronto, a gente encaminha tudo pra fundação, né. Tudo que a gente consegue assim de documentos, de exames antigos, exames atuais, a gente manda junto.*” Depois de encaminhada a documentação, as instituições aguardam o retorno da FCEE, pois é ela quem avalia os documentos e diz se o sujeito avaliado deve ou não frequentar a instituição. Sendo o sujeito deferido, este começa a frequentar a instituição e receber as intervenções necessárias.

4.2 CATEGORIA 2: APÓS O PROCESSO DE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

Passado o processo de levantamento dos objetivos da avaliação, coleta de informações e elaboração de documentos, é necessário realizar a entrevista de devolução, como explicaram os entrevistados 3 e 1. E3: “[...] *então agora a gente tem essa informação, vamos chamar os pais e vamos repassar. Fazer uma devolutiva é muito importante!*” E1: “[...] *Então depois que a gente fez toda a avaliação... e também depois que eu fiz toda a parte descritiva, a gente agenda com a família, a família retorna e daí eu faço a explicação pra ela da minha área, né!*” E1 ainda destacou que é importante explicar para a família o que foi avaliado, quais são os resultados e quais são as características apresentadas pelo sujeito avaliado durante o processo de avaliação psicológica: “[...] *e daí eu explico todo processo de avaliação, o que foi avaliado, por quê, o que a criança tem de prejuízo, o que tem que fazer, se vem pra Apae, se não vem pra Apae, se é outro encaminhamento.*” Os profissionais entrevistados colocaram que uma entrevista de devolução deve ser esclarecedora para a família, pois assim os deixa mais tranquilos no sentido de saber o que o sujeito avaliado possui e quais as medidas que devem ser tomadas.

O diagnóstico do autismo comumente repercute em mudanças de rotina e readaptação do sujeito e da família. O sujeito necessitará de acompanhamento, trazendo efeitos no âmbito ocupacional, financeiro e de relacionamento na família, o que torna o momento da revelação do diagnóstico complexo, delicado e desafiador. Essas questões não envolvem somente a família, mas também o profissional a quem cabe essa missão. É necessário planejar o modo

como será revelado à família, mantendo nesse momento um diálogo compreensivo, facilitador das informações fornecidas, viabilizando uma maior aceitação por parte da família e uma compreensão das estratégias de enfrentamento do problema da criança (PINTO et al., 2016).

Em algumas instituições, além de realizar o trabalho de devolutiva para os familiares, tem-se a devolutiva para a escola de ensino regular, caso o sujeito tenha sido encaminhado desta. Muitas vezes, além da devolutiva à escola, também são realizados treinamentos aos professores sempre que necessário. Conforme discorreu E4, *“Sim, a gente chamava os pais, explicava o que foi verificado e também à escola se dá um retorno, sempre! E até de como fazer, de como trabalhar, porque todos os casos que geralmente vieram foi do ensino regular que encaminhou, né. E também a gente faz a devolutiva pros pais, sempre fez, em todas as situações eu faço a devolutiva.”*

Em algumas instituições, nem sempre são realizadas entrevistas de devolução pelos profissionais da psicologia. Estes realizam um trabalho com a família do sujeito avaliado depois que ele já está frequentando a instituição. Muitas vezes, a partir da informação advinda da FCEE, incumbe-se à direção ou à orientadora pedagógica uma breve devolutiva de caráter mais pedagógico, informando assim se o sujeito examinado irá ou não frequentar a instituição, como relatou E2 quando questionado sobre a realização de entrevistas de devolução: *“Assim, em alguns casos, sim, e outros, não. Mas sempre é dado um respaldo depois que vem a resposta da fundação, aí é ligado pra família. Nós técnicos ou área pedagógica liga, ou então a direção. Então daí é falado, se foi aprovado para vir na escola, o porquê, como é o trabalho da escola também.”*

Comumente, as instituições iniciam os trabalhos de intervenção com os sujeitos avaliados após a elaboração de um plano terapêutico. Cada instituição possui seu modelo de plano terapêutico. Algumas possuem um plano individual e multiprofissional, outras possuem apenas planos individuais. A maioria dos planos tem duração de seis meses, dentro do qual são descritas as metas para esse período. E1 explicou como isso ocorre em sua instituição, sendo que nas demais instituições ocorre de maneira semelhante:

Então, a gente tem um plano aqui que a gente faz que é um plano individual de cada área, e tem o plano multidisciplinar. No plano multidisciplinar, geralmente a gente coloca uma meta mais geral, o objetivo geral a ser alcançado. E no específico, a gente delimita um pouquinho mais o que quer trabalhar com aquele aluno... mas normalmente a gente faz por semestre... eu faço por semestre o que eu acho que tem que trabalhar naquele aluno, digamos assim... a questão do simbolismo, do faz de conta, do contato visual, melhora na interação social, da iniciativa. Aí eu pontuo

vários objetivos, pequenos objetivos e metas que eu quero, e depois eu avalio se eu alcancei [...]. [...] e daí normalmente eu coloco também para trabalhar com os autistas a questão da cognição, né, que é a questão do raciocínio lógico, abstrato, concreto. Também trabalho essas coisas, né: atenção, memória, comportamento. Daí também entra a questão pra família, da orientação pra família, que também vai nesse plano. Normalmente a gente tem que orientar, né, tem que orientar rotina, manejo de comportamento.

Verificou-se que os profissionais da área da psicologia conseguem elaborar um plano terapêutico consoante ao processo de avaliação psicológica. Visto que é por esse processo que o profissional obtém os *deficits* apresentados pelo sujeito avaliado, sendo essas áreas de *deficits* as que necessitam maiores estímulos. Estas são mencionadas no plano terapêutico sempre de acordo com as necessidades do sujeito.

4.3 CATEGORIA 3: IMPLICAÇÕES DO USO DE TESTES/ESCALAS, DIFICULDADES E DESAFIOS PARA O PROFISSIONAL DA PSICOLOGIA

Para os profissionais entrevistados, o uso de escalas contribuiu muito para o rastreio de sinais do autismo e, em algumas instituições, também para a coleta de informações durante o processo de avaliação. Conforme E1, “[...] se souber aplicar escalas e tudo, elas auxiliam bastante, até pra uma suspeita de autismo, né!” Para E4, “[...] as escalas auxiliam muito, na minha opinião.”, tendo apenas implicações negativas relacionadas à falta de experiência do profissional aplicador ou, à aplicação realizada de maneira incorreta. Os profissionais ressaltaram que é necessário realizar a correta interpretação da escala e ter o cuidado ao preencher a mesma apenas com informações vindas da família, em razão de que a criança pode se mostrar diferente do que os pais relatam, como explicou E1:

[...] quando você se baseia só na informação da família, isso é um problema, porque assim, tu não pode aplicar uma escala só baseada na informação familiar - essa é minha percepção, tá!? Porque já aconteceu assim, a família vem, fala todo o histórico da criança, o quadro e aquilo ali da pontuação pro autismo, mas aí eu vou fazer a minha avaliação, vou observar e daí dentro da escala não fecha o diagnóstico pro autismo... então ali tem alguma coisa errada, entendeu? Alguma coisa tá além do que é, ou é informação da família ou alguma coisa não está batendo, ou a família não tá tendo a percepção real do que é o quadro de autismo, ou vem com um discurso já pronto, querendo diagnóstico, então tem que tomar muito cuidado nesse sentido.

Entretanto, o uso de escalas também está relacionado às dificuldades enfrentadas pelos psicólogos. Se faz compreender, na explicação anterior de E1, que as escalas exigem

conhecimento e interpretação, em que o ideal seriam as capacitações para aplicação desses instrumentos. Partindo então desse pressuposto, surgiu outra dificuldade relacionada à capacitação, pois alguns profissionais relataram dificuldade em relação ao processo de avaliação da pessoa com TAE, dada a sua falta de capacitações específicas para a realização correta do mesmo. Estas capacitações são necessárias para que o profissional esteja preparado para esse processo, para que possa ter um olhar diferenciado acerca das características que o sujeito avaliado está apresentando, como relatou E3: *“[...] a gente faz a avaliação através desse olhar diferenciado, é por isso que a gente tem que ser treinada, porque nós precisamos de capacitação, de capacitações e muito! Para aprender a ter esse olhar diferenciado.”*

As capacitações e a falta de materiais disponíveis nas instituições resultam nas maiores dificuldades relatadas pelos profissionais. Todos os entrevistados relataram que a Federação das Apaes do Estado de Santa Catarina (Feapaes) oferta cursos de capacitação voltados para a aplicação de testes e ao processo de avaliação psicológica. Contudo, ainda estão carentes de formações nessa área que abarque esse processo voltado especificamente ao autismo. Essa situação fica evidente nas falas dos entrevistados 3 e 2. Conforme relatou E3, *“Eu sinto que às vezes eu vou fazer aquilo e eu queria ter mais subsídios para fazer [...] mas eu me sinto assim com bastante falta de informação, não que a gente não vá buscar, a gente busca, entre nós psicólogos, mas em se tratando de capacitação voltada para psicólogos específico sobre o autismo.”* E2 discorreu que *“A federação oferece capacitações sobre testes, né. Uma ideia seria algum curso voltado à aplicação de escalas sobre o autismo, né.”*

Questões relacionadas ao tempo hábil para a realização do processo de avaliação psicológica também foram citadas como dificuldades por alguns profissionais. Muitas vezes pela alta demanda de avaliações e atendimentos clínicos que são delegados ao profissional pela instituição. A avaliação psicológica é um processo estruturado de investigação dos fenômenos psicológicos, composto por métodos, técnicas e instrumentos como testes, entrevistas e observações (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2018). Sendo este um processo que requer tempo, exigindo mais uma sessão para coleta de informações, elaboração de documentos e devolutiva à família. E4 expôs sobre essa situação: *“[...]então essa questão de estipular um pouco mais de tempo para a observação dessa criança [...]. Assim, tu tem que fazer com calma, com tranquilidade, tem que observar bem tudo que ela oferece, tudo que ele*

tem.”, referindo-se à relevância de que o processo ocorra de forma concisa, para que possa ser rastreada cada característica que o sujeito avaliado possa apresentar.

Outro momento desafiador, mas não menos difícil, é o momento da devolutiva para a família, em que o diagnóstico do avaliado é de TEA. E4 relatou: *“O que a gente sente quando tem que falar pros pais principalmente, né, ‘olha, o teu filho, ele apresenta quase todas as características de um autista’, então é difícil você chegar e falar porque os pais não querem ouvir isso.”* O comportamento e a carência de interação do sujeito avaliado também se tornam um desafio para o profissional da psicologia que está avaliando. Ainda segundo E4, *“A falta de interação, né, porque daí com ele mesmo tu consegue pouco, tu vai mais pelo que os outros te dizem, a família, a escola, né, e pelo comportamento.”* Dessa forma, a coleta de informações sobre o histórico do sujeito avaliado se torna dependente dos pais ou responsáveis, que em algumas situações são desatenciosos em relação ao desenvolvimento do sujeito, o que vem a somar como mais um desafio. E2 discorreu: *“mas o que a gente às vezes nota, assim, é falta de informação de quem vem pra avaliação, digamos assim, vem a mãe, ‘ah, mas eu não lembro como que ele era, coloca assim mais ou menos’ não lembram do desenvolvimento dele.”*

4.4 CATEGORIA 4: PROGRAMA DE AVALIAÇÃO UNIFICADO ENTRE AS APAES

E2 explanou o que consta na Resolução CFP 009, de 2018, artigo primeiro, parágrafo dois: *“A psicóloga e o psicólogo têm a prerrogativa de decidir quais são os métodos, técnicas e instrumentos empregados na Avaliação Psicológica, desde que devidamente fundamentados na literatura científica psicológica e nas normativas vigentes do Conselho Federal de Psicologia (CFP).”* Contudo, sua fala também ressaltou que um processo unificado entre as Apaes traria mais segurança, maior agilidade e qualidade: *“A gente é bem livre pra seguir aquilo que quer, que acha necessário, mas seria bem bom a gente ter uma linha pra seguir, um protocolo, iria ser bem mais prático, até pra gente ir mais rápido nas coisas, o serviço seria com maior qualidade, né, seria mais qualificado eu acredito.”* E2 ainda acrescentou que sente falta de um material ao qual seguir: *“Há falta da gente ter ali um material pra gente seguir uma linha, seguir uma avaliação, né, algum respaldo assim”*, uma vez que o Manual de Normas Técnicas para Serviços de Reabilitação em Deficiência Intelectual e/ou Distúrbio do Espectro Autista-Manual SUS (2013) prevê apenas que as instituições necessitam de:

“Testes de avaliação psicológica, cognitivos e de linguagem;”. Ainda, o manual complementa que: “A observação e análise dos sinais clínicos, com destaque para os aspectos motores, sensoriais, cognitivos, fala e expressividade, serve de base para a elaboração do diagnóstico e da construção de um Projeto Terapêutico Singular”, deixando, dessa forma, livre ao profissional da psicologia a escolha pelos instrumentos que julgar pertinente.

Os profissionais entrevistados expuseram que, embora exista essa liberdade na escolha dos instrumentos e métodos, um processo de avaliação unificado entre as Apaes seria muito importante. E1 declarou, ao ser questionado sobre um programa de avaliação unificado, que: “[...] é bem importante...de repente, assim, uma definição de que escalas usar, de qual idade... o que tu tem que fazer primeiro, que é essa conversa inicial com a família, depois aplicação das escalas, depois aplica a intervenção com a criança, depois a observação a devolutiva [...]”. E1 ainda complementou que: “[...] seria interessante sim, pras Apaes terem isso, algo pra elas se nortear, porque a gente vê assim que alguns profissionais estão bastante perdidos ainda, não sabem que instrumento usar, né.” Além do mais, tem-se a situação de que o público das Apaes é nômade dentro da região, o que faz com os profissionais da psicologia tenham que utilizar a mesma língua. E3: “Meu, como isso ia ser importante! Acho até que a necessidade da gente se encontrar vem a calhar com essa ideia, sabe? Precisa muito, porque o nosso público... às vezes, ele é meu... às vezes, ele é teu... eles são nômades na nossa região.” Partindo desse ponto, surge a necessidade da criação de um programa de avaliação psicológico unificado entre as Apaes da regional pesquisada. E4: “Olha, eu acho que isso seria bem interessante, tipo assim... sentar, por exemplo, a regional aqui, né... todas as psicólogas sentar, ver, colher a opinião de cada uma e unificar, sim! Acho que seria bem interessante.”

Os participantes da pesquisa completaram informando que o ideal seria a construção de uma lista de métodos e técnicas para a avaliação não somente do autismo, mas de outras deficiências que são avaliadas dentro das instituições Apaes. Conforme E1:

[...] é um público específico, né, a gente não tem um público diferenciado. Em todas as Apaes têm autista, em todas as Apaes têm síndrome de Down, então, acho que dá. Dá pra fazer, assim como é pra outras coisas, avaliação de porte de arma, cirurgia bariátrica, existe sempre essas 'bateriazinhas' que você aplica, né?! Que é um público específico. Acho que pra Apaes daria certo, seria bem válido mesmo.

Com a construção dessa espécie de bateria de testes e métodos a serem seguidos, também se tem a necessidade de que os testes sejam disponibilizados para todas as Apaes, pois ainda existem associações que não possuem testes para o processo de avaliação psicológica.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos resultados obtidos neste estudo, foi possível analisar as estratégias e instrumentos utilizados pelos profissionais da psicologia atuantes nas Apaes da ADR de São Miguel do Oeste durante o processo de avaliação psicológica de indivíduos com TEA.

Por meio deste estudo, foi possível compreender que os psicólogos, atuantes em algumas Apaes que compõem a ADR de São Miguel do Oeste, realizam o processo de avaliação do sujeito com suspeita de transtorno do espectro autista dentro dos critérios e resoluções estabelecidas pelo conselho federal de psicologia. Todavia, identificou-se que esses profissionais possuem dúvidas acerca do processo de avaliação do TEA. Mostrando-se carentes em capacitações voltadas especificamente ao processo avaliativo da pessoa com suspeita de TEA, sendo esta uma das maiores dificuldades, juntamente com a inexistência de testes específicos para avaliação do TEA e ao desafio da revelação do diagnóstico aos familiares do sujeito com TEA. Constatou-se também que um programa de avaliação psicológica unificado entre as Apaes se faz necessário diante da percepção dos indivíduos participantes da pesquisa.

Este estudo tem suas principais contribuições voltadas para o conhecimento científico acerca do processo de avaliação psicológica e de psicodiagnóstico do sujeito com suspeita de transtorno do espectro autista. Esse processo de avaliação é realizado pelos profissionais da psicologia dentro de quatro Apaes que fazem parte da ADR de São Miguel do Oeste, Santa Catarina. Tendo em vista que inexistem estudos publicados voltados para essa prática, o estudo também traz contribuições relevantes acerca das dificuldades apresentadas pelos profissionais em seu trabalho dentro das instituições. Essas dificuldades e desafios, sendo identificados, possibilitam trabalhos de intervenção e modificação dessas questões.

Com esses resultados, é possível destacar a importância deste estudo para mostrar o trabalho do profissional da psicologia dentro das Instituições Apaes voltado para o processo de avaliação psicológica do sujeito com suspeita de TEA. A pesquisa voltou-se mais à questão

da forma como ocorre o processo de avaliação e às dificuldades encontradas pelos profissionais, limitando-se na questão de identificação e citação de testes utilizados nesse processo. Sendo esta pesquisa de grande relevância, acredita-se na importância de novos estudos que abordem esse tema, citando os instrumentos e construindo uma listagem de testes que possam esclarecer e facilitar o trabalho dos psicólogos dentro das instituições Apaes.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, Claudio Roberto; BOSA, Cleonice. **Autismo e educação**: reflexões e propostas de intervenção. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, LDA, 2000.

BRASIL. Lei nº. 13.438, de 26 de abril de 2017. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 abr. 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13438.htm>. Acesso em: 21 out. 2017.

CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION. **Prevalence of autism spectrum disorders**: Autism and developmental disabilities monitoring network. Morbidity and Mortality Weekly Report, 61(3), p. 1-19, 2012.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução nº 007, de 2003. Brasília, DF, 14 jun. 2003. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2003/06/resolucao2003_7.pdf>. Acesso em: 21 out. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução nº 009, de 2018. Brasília, DF, 25 abr. 2018. Disponível em: <<http://satepsi.cfp.org.br/docs/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CFP-n%C2%BA-09-2018-com-anexo.pdf>>. Acesso em: 5 jul. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Cartilha de Avaliação Psicológica**, Brasília, DF, jun. 2007. Disponível em: <<https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/05/Cartilha-Avalia%C3%A7%C3%A3o-Psicol%C3%B3gica.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2017.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Código De Ética Do Profissional Psicólogo**, Brasília, DF, ago. 2005. Disponível em: <[http://www.crpesc.org.br/ckfinder/userfiles/files/cod_etica_novo\(1\).pdf](http://www.crpesc.org.br/ckfinder/userfiles/files/cod_etica_novo(1).pdf)>. Acesso em: 21 out. 2017.

CUNHA, Eugênio. **Autismo e inclusão**: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família. 3. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2011.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Manual de normas técnicas para serviços de reabilitação em deficiência intelectual e/ou distúrbio do espectro autista**, Florianópolis, SC, 2013. Disponível em: < http://apaesc.org.br/arquivo.php?arq_id=23004>. Acesso em: 19 abr. 2017.

MARQUES, Daniela Fernandes; BOSA, Cleonice Alves. Protocolo de Avaliação de Crianças com Autismo: Evidências de Validade de Critério. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 31, n. 1, jan./mar. 2015.

MELLO, Ana Maria S. Ros de. **Autismo**: guia prático. 5. ed. Brasília: Corde, 2007.

PINTO, Rayssa Naftaly Muniz et al. Autismo infantil: impacto do diagnóstico e repercussões nas relações familiares. **Revista Gaúcha Enfermagem**, Porto Alegre, v. 37, n.3, set. 2016.

Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/rgenf/v37n3/0102-6933-rgenf-1983-144720160361572.pdf>>.

Acesso em: 23 out. 2017.

SANTA CATARINA (Estado). Lei nº 16.036, de 21 de julho de 2013. Disponível em:

<<http://server03.pge.sc.gov.br/LegislacaoEstadual/2013/016036-011-0-2013-001.htm>>.

Acesso em: 20 abr. 2017.

SCHWARTZMAN, José Salomão. **Autismo infantil**. Brasília: Corde, 1994.

SEIZE, Mariana de Miranda; BORSA, Juliane Callegaro. Instrumentos para Rastreamento de Sinais Precoces do Autismo: Revisão Sistemática. **PsicoUSF**, Bragança Paulista, v. 22, n. 1, p. 161-176, jan./abr. 2017.

SILVA, Micheline; MULICK, James A. Diagnosticando o transtorno autista: aspectos fundamentais e considerações práticas. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 29, n. 1, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v29n1/v29n1a10.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2017.

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO

1. Como ocorre o processo de avaliação psicológica da pessoa com suspeita de Transtorno do Espectro Autista em sua Apae?
2. São utilizados testes/escalas para auxiliar no processo diagnóstico? Se sim, quais são os instrumentos utilizados e para qual finalidade?
3. Qual sua percepção acerca das implicações do uso de testes/escalas para diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista?

4. Quais as dificuldades encontradas durante o processo de avaliação psicológica da pessoa com Transtorno do Espectro Autista?
5. Quais são os desafios em relação ao diagnóstico da pessoa com Transtorno do Espectro Autista?
6. Como você se sente diante do processo psicodiagnóstico da pessoa com Transtorno do Espectro autista?
7. Como ocorre a entrevista de devolução ao final da avaliação psicológica?
8. Você realizou cursos/formações relacionados à avaliação psicológica?
9. Você considera importante a implantação de um programa de avaliação psicológica unificado entre as Apaes?
10. Você elabora um plano terapêutico para a pessoa com Transtorno do Espectro Autista? Esse plano é consoante ao processo de avaliação psicológica? De que forma ele se estrutura?